

6 - A construção de redes sociais

entre a conexão e a captura na gestão dos riscos sociais

Silvio José Benelli

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BENELLI, SJ. A construção de redes sociais: entre a conexão e a captura na gestão dos riscos sociais. In: *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 263-315. ISBN 978-85-6833-475-1. Available from: doi: [10.7476/9788568334751](https://doi.org/10.7476/9788568334751). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yzs9w/epub/benelli-9788568334751.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

6

A CONSTRUÇÃO DE REDES SOCIAIS: ENTRE A CONEXÃO E A CAPTURA NA GESTÃO DOS RISCOS SOCIAIS¹

As redes sociais de desenvolvimento comunitário são uma forma de organização pautada pela ética, com estrutura horizontal, orgânica e autônoma, na qual a participação é incentivada, a diversidade é valorizada e o protagonismo é desenvolvido. Os objetivos são definidos a partir de um diagnóstico elaborado coletivamente e os projetos são construídos por meio da ação voluntária e comprometida de seus integrantes. São redes intersetoriais, que congregam Organizações da Sociedade Civil (ONGs e entidades sociais), empresas socialmente responsáveis, organizações sociais de origem empresarial (institutos e fundações), órgãos do setor público e profissionais independentes (Schlithler, 2004, p.20-21).

1. Agradecemos ao colega Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa por sua inestimável contribuição na produção deste capítulo. Este texto foi publicado originalmente como capítulo de livro (Benelli; Costa-Rosa, 2010).

A rede no discurso político relativo à Assistência Social

Atualmente, os psicólogos estão cada vez mais envolvidos com trabalhos em entidades assistenciais e em diversos dispositivos que executam políticas públicas em múltiplos setores (infância, adolescência, famílias, idosos, deficientes, saúde etc.), tanto no âmbito federal quanto no estadual e municipal. Pensamos que é fundamental esses profissionais terem conhecimento da problemática mais ampla que envolve a Assistência Social e seus temas conexos em nosso país (Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, 2007; Conselho Federal de Serviço Social, 2007). Este capítulo sobre as redes sociais pretende oferecer uma contribuição crítica aos psicólogos que trabalham nesse campo, em particular. Precisamos de coordenadas claras numa área complexa e nebulosa, para que nossa intervenção seja efetivamente capaz de promover a busca do equacionamento dos problemas sociais de modo crítico, ético e dialético.

Já faz certo tempo que muito se discute sobre a expressão “redes sociais” em diversos segmentos sociais do Estado (Brasil, 2004b, 2005), da sociedade civil (Casaroto Filho; Pires, 1998; Schlithler, 2004; Duprat, 2004; Kisil, 2004; Neumann, 2004a, 2004b; Olivieri, 2003), do capital privado (Ashoka; Mckinsey, 2001; Senac, 2005), das entidades assistenciais (Rodrigues, 1998; Silva, 2000; Fernandes, 2004) e no campo das ciências humanas, inclusive na Psicologia (Peters, 1994; Dowbor, 1999; Castells, 1999; Amaral, 2002; Marteleto; Silva, 2004; Tomaél; Alcará; Di Chiara, 2005; Spink; Spink, 2006; Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, 2007).

Nosso objetivo é problematizar o conceito de “rede social”, procurando explicitar seus aspectos instituintes e seus limites. Pensamos que uma rede pode, por um lado, promover a comunicação, a intensificação dos fluxos de informação, democratizando o saber ao torná-lo acessível para pessoas e grupos numerosos de modo barato e rápido, promovendo, assim, formação e capacitação que

podem ser colocadas em prática; e produzir transformações em instituições, organizações, estabelecimentos, grupos e comunidades. Por outro lado, uma rede não só se presta para apoiar, intensificar e conectar de modo produtivo de singularidade, mas também pode ser utilizada para capturar, conter e gerenciar os coletivos sociais.

Estamos procurando entender o discurso predominante na área da Assistência Social, que propõe o tema das redes sociais, a meta de uma gestão descentralizadora e participativa que toma como referência a divisão da vida social em setores que deverão se integrar de modo harmônico: o Estado (primeiro setor), o mercado (segundo setor) e a sociedade civil (terceiro setor). Trabalhamos com a hipótese de que, para governar de modo inovador, é preciso criar um discurso ideológico inovador que sustente o modelo de gestão a ser colocado em prática por uma nova administração.

O Estado neoliberal se desobriga cada vez mais dos problemas sociais da população; esse vácuo político foi preenchido pela temática sobre a rede e o terceiro setor, termo “vasto e vago” (Fonseca, 2007, p.247), incluindo o discurso da descentralização e da participação. A análise do Processo de Estratégia de Hegemonia (PEH) (Gruppi, 1978)² dos interesses e valores sociais demonstra que é

2. De acordo com Costa-Rosa (2013, p.57), “o Processo de Estratégia de Hegemonia (PEH) é um conceito de Gramsci que nos permite analisar, em termos molares, certas linhas de composição das formações sociais: pulsações que as organizam e que nelas se atualizam. O PEH compreende um conjunto de práticas relacionadas à estratégia e à tática, destinadas a manter a Formação Social, seja uma instituição ou a sociedade como um todo, em equilíbrio dinâmico, dado tratar-se de realidades segmentares e contraditórias quanto aos interesses e visões de mundo que aí necessariamente se atualizam. Essa segmentaridade tende à polarização. Daí podermos falar em PEH como esforço de manter em equilíbrio dinâmico interesses dominantes e subordinados. Do lado dominante vemos um conjunto de práticas de efeitos repressivos e ideológicos, além de um conjunto de concessões táticas seguidas de sua recuperação (Guattari, 1981). Do lado subordinado, há também um conjunto de práticas que, devido à dominância ideológica e material do polo socialmente hegemônico, são concordes com os interesses desse polo, e os reproduzem. Mas há também um conjunto de reivindicações, às vezes ativas, outras vezes mesmo passivas e aparentemente inadvertidas; além de um con-

possível criar uma linguagem com uma nova nomenclatura para sua reprodução: novos conceitos podem ser instrumentalizados para manter tudo como está e preservar ou aumentar a mistificação da realidade sociopolítica. É interessante observar que uma das justificativas teóricas utilizadas para fundamentar e divulgar a temática da rede seja buscada num exemplo biológico, e ainda mais vinda do autor de que se trata: todas as formas de vida – das células mais primitivas às sociedades humanas, suas empresas, Estados Nacionais e a economia global – organizam-se segundo os mesmos padrões e os mesmos princípios básicos: as redes, com unidades e sistemas interconectados. (Capra, 2002, p.12).

A teoria organicista não é nova no campo da política, pois a vida social já foi pensada a partir desse modelo por Platão, Aristóteles e Tomás de Aquino, entre outros (Abbagnano, 1994). A Bíblia também utiliza o exemplo da interdependência dos órgãos do corpo humano para demonstrar a realidade necessária da vida comunitária. Curiosamente e como que por mágica, somos situados numa realidade contemporânea que funciona em rede, esta já está posta pela realidade. Não é preciso construir conexões, basta tomar consciência de que elas estão aí e exercitá-las (Capra, 1996). Mas como não notamos isso anteriormente? Como seria possível a real efetivação de um paradigma de redes sociais capazes de produção de sociabilidade verdadeiramente solidária e de subjetividade singularizada, o que a nosso ver representaria uma radical potencialização da prática

junto de práticas alternativas que às vezes chegam a aspirar à elaboração de uma hegemonia alternativa à dominante; ou seja, no PEH podem consolidar-se as aspirações de tornar hegemônicos os interesses socialmente subordinados. O caso das instituições de Saúde Mental, neste momento histórico, é bem ilustrativo desse processo, pois aí se vêem os efeitos de uma verdadeira luta pela hegemonia de visões teóricas, técnicas, ideológicas, culturais e éticas, que se expressam já em uma práxis na qual podemos visualizar uma transição paradigmática, isto é, a substituição do modelo manicomial e do Hospital Psiquiátrico por outra estratégia em torno dos Centros e Núcleos de Atenção Psicossocial como organizadores e realizadores das práticas integrais num determinado Território”.

democrática numa sociedade eminentemente piramidal, hierárquica e autoritária?

Pressupostos metodológicos

Nosso objetivo neste capítulo é analisar o processo de naturalização do discurso liberal na área da Assistência Social por meio de revisão da literatura impressa e da disponível na internet relativas ao tema das “redes sociais”. Observamos que o fenômeno da “privatização do público” se configura como um dispositivo contemporâneo de naturalização do ideário liberal no cotidiano. O discurso que o veicula promove uma difusão e uma produção de sentidos que redundam na naturalização e cristalização do pensamento e das formas de existência humanas na sociedade contemporânea.

Discursos legitimadores se constituem em regimes de verdade capazes de ordenar os sentidos da vida e as regras da dinâmica social, dando sustentação para formas de dominação políticas, econômicas e culturais. Um dos dispositivos importantes nesse processo seria o fenômeno da naturalização dos sentidos atribuídos à experiência do cotidiano, promovendo a serialização das formas de condução da existência e de assujeitamento como mecanismos de dominação (Nardi, 2006). Naturalizar fenômenos significa des-historicizá-los da ordem social e dos discursos que os promovem. Entendemos que a naturalização do discurso neoliberal, tomado como regime central de verdades, está na base de sustentação das formas de dominação do capitalismo contemporâneo, naturalizando as desigualdades e limitando a reversibilidade dos jogos de poder e verdade. É a partir desse enfoque que pretendemos estudar as redes sociais nos discursos que permeiam o campo da Assistência Social na atualidade.

Podemos considerar o discurso como a dimensão naturalizada e implícita de cada formação histórica, de cada prática e de cada disciplina. A AI (Baremblyt, 1998; Costa-Rosa, 2000; Altoé, 2004; Barus-Michel, 2004) nos permite compreender o lugar e a potência do discurso como enunciado ideológico universalizante. O

discurso, nessa perspectiva, é lacunar e aspira à verdade imutável. Suas lacunas remetem à estrutura contraditória e de dominação e, nesse sentido, escondem/revelam o “não sabido” em que se sustenta a formação social institucional a que se refere tal discurso. Essa característica dos discursos institucionais como enunciados é decorrente da própria função da ideologia nas sociedades de interesses antagônicos. Ela visa fazer valer a hegemonia da visão de mundo e dos interesses de uma parcela da sociedade como se fossem os de todo o bloco social.

Discursos-verdades são promotores de modos e processos de subjetivação por meio do ideário que difundem, produzindo realidade social. O discurso pode ser entendido como o que universaliza o particular dos objetos históricos, porque ele, como enunciado, aspira ao estatuto de um dito absolutamente separado do dizer que o produz; atravessando diferentes performances verbais, práticas não discursivas e discursivas, caracterizando determinada época histórica. É possível considerar o discurso em sua materialidade histórica e tomá-lo como uma positividade passível de análise. Aprendemos com Foucault (1979, 2006) que os discursos têm grande efeito produtivo na vida social e histórica; evidência disso é o fato de o indivíduo, muitas vezes, mostrar-se produto direto do discurso que enuncia, instalando-se numa lógica discursiva determinada. O lugar dos sujeitos na estrutura social, com as possibilidades e limites de mobilidade social, pode ser detectado pelo regime de verdade que define as relações de poder no capitalismo em suas diversas etapas históricas. O regime de verdade sustenta e legitima, fornece identificação enquanto promove a dominação, por meio da injunção para a ação e do consenso entre os interesses e valores divergentes.

Mas afirmar que o sujeito é um terminal de produção social discursiva não quer dizer que ele seja completamente determinado pelo lugar que ocupa na estrutura social. São os homens que, usando sua liberdade, constroem lógicas coletivas e específicas para explicar quem são e quais são as relações entre si na vida social. Há liberdade, relações de poder e de dominação, mas também há relações de resistência e de contrapoderes no conflituoso

contexto social. As verdades produzidas são utilizadas para promover a dominação, e contrassaberes podem sustentar as formas de resistência. Uma importante estratégia contra-hegemônica consiste em compreender, explicar e desnaturalizar as formas de dominação, demonstrando como seus discursos são produzidos de modo histórico e contextualizado, evidenciando que as coisas estão como estão justamente porque foram construídas assim, mas poderiam ser de muitos outros modos. Essa é nossa tentativa neste estudo, visando ampliar a capacidade dos atores sociais ao utilizar sua liberdade crítica e criativa no campo da Assistência Social.

Com relação à literatura pertinente, realizamos diversas pesquisas em bases de dados nacionais, tais como BVS-PSI, SciELO, Index Psi, Qualis A Nacional, utilizando as palavras-chave do artigo, procurando atualizar nossas referências. Encontramos muitos trabalhos relevantes (Dowbor, 1999; Siqueira; Castro; Araújo, 2003; Marteleto; Silva, 2004; Junqueira, 2004; Gohn, 2004, 2005; Tomaél; Alcará; Di Chiara, 2005; Meneses; Sarriera, 2005; Pastor, 2007; Teixeira, 2007; Fonseca, 2007; Faria; Sauerbronn, 2008) que enriqueceram a investigação, embora poucos apresentassem a perspectiva crítica e problematizadora que adotamos na análise das redes sociais. Esse é o diferencial da pesquisa que estamos empreendendo, e que ainda não foi devidamente desenvolvido. A literatura com a qual trabalhamos pode não ser muito recente, mas podemos considerar, apesar de certo lapso temporal, que continua sendo exemplar no caso de publicações relativas ao tema das redes sociais e da gestão empresarial no campo da Assistência Social, denominado também de terceiro setor.

A rede como tecnologia de gerenciamento do social na atualidade

Há uma abundante literatura sobre o tema das redes sociais na atualidade (Capra, 1996, 2002; Junqueira, 2004; Meneses; Sarriera, 2005; Fernandes, 2004; Rodrigues, 1998; Ayres, 2001; Senac, [s.d.]);

Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, 2007; São Paulo, 2004). A seguir, apresentaremos alguns casos que nos parecem representativos desse fenômeno na área da Assistência Social.

Fernandes (2004) afirma que a palavra “rede” vem do latim *retis*. Na origem, significava “entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formavam um tecido”. Mais recentemente, a expressão teve seu conceito ampliado e passou a ser adotada em diversos segmentos, entre eles a economia, a tecnologia e a administração, na mesma perspectiva inovadora que utiliza também os conceitos de “sinergia”, “resiliência” e “flexibilização”, apenas para nomear alguns de maior sucesso. Desse modo, os sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições em torno de causas afins, de forma democrática e participativa, passaram a ser compreendidos como redes. Compor uma rede, portanto, implica compromisso de realização conjunta de ações concretas, transpondo fronteiras geográficas, hierárquicas, sociais ou políticas.

Ainda de acordo com Fernandes (2004), a institucionalização de parcerias na forma de redes possibilita uma nova governança e um novo contrato social entre Estado e sociedade. Parcerias seriam alianças relativamente estáveis entre dois ou mais atores que decidem operar em sinergia para atingir um ou mais objetivos que não podem alcançar isoladamente; e a rede, por suas características, seria um instrumento adequado ao bom funcionamento dessas parcerias. No campo do Estado, as redes articulariam agências entre si ou com redes sociais, organizações privadas e grupos, para a implementação de políticas públicas.

O sistema de redes seria diferente e contrário ao modelo piramidal, cuja organização é considerada rígida e hierarquizada. Nesse sistema, as decisões são tomadas pelos escalões superiores. As informações são utilizadas como fontes de poder, a comunicação é restrita, e a disciplina e o comando seriam considerados indispensáveis à realização dos objetivos. As redes, de modo alternativo, favoreceriam trabalhos cooperativos, participativos e democráticos, sendo tidas como mais convenientes às práticas e objetivos do terceiro setor.

Por terceiro setor entende-se a sociedade civil, que se organiza e busca soluções para suas necessidades e problemas fora do circuito do Estado e do mercado. A expressão é utilizada de forma complementar à concepção de primeiro setor, constituído pelo Estado, e de segundo setor, formado por empresas privadas (Rodrigues, 1998). Mas o fato de haver três instâncias independentes não é contraditório com a noção de rede que a tudo e a todos interconnecta e liga de modo radical?

Por seu arranjo estrutural, as redes possibilitam integração e articulação. Em síntese, suas principais características seriam as seguintes: proporcionam a emergência de uma multiplicidade de lideranças; concedem autonomia de poder de decisão aos integrantes acerca de suas próprias ações; dividem igual nível de responsabilidade entre os agentes; permitem a livre circulação de informações; favorecem o engajamento individual e grupal consciente; promovem o trabalho em conjunto para a realização de objetivos afins. As organizações, em busca de estruturas para enfrentar ambientes de maior complexidade, descobriram, nessa modalidade, uma alternativa flexível, adequada a situações em que ocorrem mudanças constantes. Dessa maneira, a rede vem sendo crescentemente utilizada no mundo atual de transformações aceleradas (São Paulo, 2006). É preciso notar, entretanto, que alternativo quer dizer apenas diverso, talvez até contrário e – não necessariamente – contraditório em sentido dialético. Uma alternativa pode ser adotada se ela for conveniente; já uma oposição contraditória e dialética exige uma tomada de decisão também radical e consequente.

Os objetivos das redes sociais podem ser assim resumidos: favorecer o estabelecimento de vínculos positivos pela interação entre indivíduos; criar espaços para reflexão, troca de experiências e busca de soluções para problemas comuns; estimular o exercício da solidariedade e da cidadania; mobilizar pessoas, grupos e instituições para utilizar recursos existentes na comunidade; estabelecer parcerias entre setores governamentais e não governamentais para execução de programas de orientação e prevenção pertinentes a problemas específicos detectados pelo grupo

(Senac, [s.d.]; Junqueira, 2004). Podemos considerar que haveria, então, na própria consistência da rede assim definida, algo de revolucionário, que ao ser utilizado de modo facultativo pelos interesses do Modo Capitalista de Produção (MCP), poderia contaminá-lo, por exemplo, a horizontalidade, o estímulo à solidariedade e à cidadania, o objetivo de detectar e solucionar problemas coletivos, coletivamente.

Em todo o mundo, e no Brasil especificamente, as organizações têm percebido que o impacto de seus movimentos pode ser potencializado em redes de maior abrangência. E que a constituição de uma teia de relações em torno de objetivos delimitados e compartilhados amplia seu campo de ação e gera novas oportunidades (Ayres, 2001). Descobriu-se que a atuação conjunta é uma necessidade se o que se busca são determinados resultados imediatos. Foi o que constatou a Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2006, após a análise da experiência do Pacto Global – iniciativa para incentivar a prática da responsabilidade social corporativa, nascida em 2000 –, a ONU decidiu formar redes locais para impulsionar seus princípios. Esse pacto reúne empresas, agências internacionais, sindicatos, organizações da sociedade civil e governos para estimular a iniciativa privada a agir no sentido do respeito e da proteção aos direitos humanos, do combate ao trabalho infantil e à discriminação e da promoção da responsabilidade ambiental. Em seis anos, mais de 3,6 mil empresas, em mais de noventa países, aderiram à proposta³.

A adoção dessa forma de trabalho, entretanto, implica desafios, pois o domínio das técnicas de comunicação, o uso habilidoso e criativo das ferramentas tecnológicas e a internalização dos fundamentos devem se dar de forma coletiva e não se restringir a apenas alguns indivíduos (São Paulo, 2006). Não podemos deixar de notar que se trata de uma rede voluntariosa, formada por apelos de natureza publicitária, incluindo na mesma rede, pretensamente,

3. World Economic Forum, 2008. Disponível em: <<http://www.globalpolicy.org>>. Acesso em: 3 mar. 2008.

vigilantes e vigiados. Seria uma rede que nunca questiona radicalmente as fontes da falta de direitos humanos, as razões da exploração infantil, da discriminação, da depredação da natureza. Essa rede que pretende ser global parece nem se dar conta de que reproduz em sua própria estrutura os problemas que pretende solucionar: os explorados, os discriminados, os sem direitos foram chamados a compor a rede? Mais importante ainda, essa rede por acaso os liberta da outra rede que os enreda? Concordamos que, às vezes, são necessárias soluções rápidas, mas isso não nos libera de notar criticamente seu caráter paliativo.

Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)

A retórica oficial que propõe políticas públicas estruturadas a partir do tema das redes sociais pode representar uma marca inovadora de sociedades que querem figurar no cenário internacional como inclusivas. A adesão do governo nacional a documentos internacionais tende a ser seguida de expedientes de burocratização: decretos, paradigmas e deliberações são impostas pela autoridade estatal de modo autoritário e vertical, sem maiores possibilidades de reflexão conjunta. A esfera estatal é faminta por dados estatísticos que tenham visibilidade pública nacional e internacional, pressionada por exigências da globalização. Exemplo disso poderia ser a rede socioassistencial, que é definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social (Brasil, 2005, p.94-95) como:

Um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, organizada sob a hierarquia de dimensões “básica” e “especial” e ainda por níveis diversos de complexidade.

A rede é utilizada como termo para indicar um novo processo de gestão dos programas, projetos e serviços no campo da Assistência Social. Mas trata-se de uma instrumentalização tecnocrática, de um novo modismo promovido pelo gerenciamento empresarial aplicado na gestão das políticas públicas: a rede não é considerada como um conceito político revolucionário capaz de transformar a vida social de modo radical, alçando a população empobrecida à autêntica cidadania. Quando funciona como uma nova estratégia de gestão empresarial aplicada no plano estatal, a concepção de rede não é levada às suas últimas consequências, nem são colocadas em prática as mediações necessárias para sua efetivação: falta vontade política, formação e capacitação; e, sobretudo, implicação ética pessoal e coletiva para romper com o modelo piramidal. Não estamos dizendo que as redes são inadequadas para um processo de transformação da vida social; o que criticamos é sua banalização pelo discurso gerencial e o esvaziamento de um dispositivo social extremamente potente. Será isso consequência da sua utilização como um modismo a serviço de interesses menores? Ou será mesmo decorrente de uma gestão que se utiliza de discursos de teor revolucionário a serviço da manutenção da mesma ordem vigente? Não é que façamos questão de sempre ver a mesma lógica espreitando todos os becos, mas a situação do MCP, em certos contextos, é tão delicada, dado o aspecto gritante dos seus efeitos, que é comum sua utilização de discursos revolucionários como um modo de administrar o estado das contradições sociais. Trata-se do estado da contradição que pode ser definido como “do um não sem o outro”, ou seja, não é mais possível manter certos estados das contradições sem tornar presente o contraditório como um de seus componentes obrigatórios. Mas esse contraditório é sempre devidamente mantido em estado de assepsia, e nem sempre é da forma bruta como vimos.

Se estivermos verdadeiramente interessados em colocar em prática as possibilidades de promover as pulsações políticas que agenciam os interesses e os valores socialmente subordinados na sociedade brasileira atual, a construção de redes sociais pode ser

uma tática preciosa para buscar sua efetivação e atuação. Não quaisquer redes de captura, mas as redes capazes de conectar os diferentes elos dos interesses sintônicos com essas pulsações políticas e desejanças.

Analisando o discurso oficial, observamos que a

rede socioassistencial se organizará a partir dos seguintes parâmetros: a) oferta, de maneira integrada, de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo de vida e à dignidade humana e à fragilidade das famílias; b) caráter público de coresponsabilidade e complementaridade entre as ações governamentais e não-governamentais de assistência social evitando paralelismo, fragmentação e dispersão de recursos; c) hierarquização da rede pela complexidade dos serviços e abrangência territorial de sua capacidade em face da demanda; d) porta de entrada unificada dos serviços para a rede de proteção social básica, por intermédio de unidades de referência e para a rede de proteção social especial por centrais de acolhimento e controle de vagas; e) territorialização da rede de assistência social sob os critérios de: oferta capilar de serviços, baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão, localização dos serviços para desenvolver seu caráter educativo e preventivo nos territórios com maior incidência de população em vulnerabilidades e riscos sociais; f) caráter contínuo e sistemático, planejado com recursos garantidos em orçamento público, bem como com recursos próprios da rede não-governamental; g) referência unitária em todo o território nacional de nomenclatura, conteúdo, padrão de funcionamento, indicadores de resultados de rede de serviços, estratégias e medidas de prevenção quanto à presença ou ao agravamento e superação de vitimizações, riscos e vulnerabilidades sociais (loc. cit.).

Como era de se esperar, o discurso oficial contenta-se com subterfúgios. Seus motes são a “dignidade humana” e “a fragilidade das famílias”, porém, sobre os possíveis fatores desta e sobre

as razões da indignidade, nada se cogita. Também é esperada a demora em considerações da ordem da gerência das instâncias assistenciais, portanto, a hierarquização é aqui a aparente solução. Não nos esqueçamos dessa palavra mágica que é apanágio para todas as disfunções das instituições na atualidade: “racionalização” administrativa. Propõe-se o esquadrinhamento do território até chegar ao “cotidiano de vida dos cidadãos” e “vulnerabilidades e riscos sociais”; aqui também não escapa ao lugar-comum das táticas de administração e controle da vida social a partir da administração dos riscos, sem qualquer referência ou preocupação com os efeitos sobejamente conhecidos das práticas assistencialistas. Admite-se claramente seu caráter paliativo ao assumir sua meta de continuidade num tempo indeterminado. Finalmente, fala em indicadores de resultados, porém de modo meramente alusivo, aparentemente como mais um item do jargão da gestão racionalizadora.

Afirmar que os programas, serviços, projetos existentes e as organizações e entidades em funcionamento na sociedade já compõem uma rede social significa responsabilizá-los pelo atendimento da demanda, geralmente sem fazer maiores alterações políticas concretas no paradigma piramidal, vertical, autoritário e burocrático que tende a predominar nas instituições públicas. Acrescentam-se, apenas, como vimos, algumas inovações discursivas e no plano técnico-administrativo. Apesar disso, entendemos que a responsabilidade social, objetiva e subjetiva, quando situada no contexto da liberdade humana (entendida como produto da atividade humana em sua autocriação histórica), pode ser vista como responsabilidade compartilhada, num *continuum* de liberdades pessoais envolvidas em processos coletivos de construção.

A proteção social básica será operada por intermédio de: a) Centros de Referência de assistência social (CRAS), territorializados de acordo com o porte do município; b) rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos geracionais, intergeracionais, grupos de interesse, entre outros; c) benefícios eventuais; d) benefícios de Prestação Continuada; e) serviços e projetos de capaci-

tação e inserção produtiva; [...] A proteção social especial tem por referência a ocorrência de situações de risco ou violação de direitos. Inclui a atenção a: a) crianças e adolescentes em situação de trabalho; b) adolescentes em medida socioeducativa; c) crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual; d) crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, usuários de substâncias psicoativas e outros indivíduos em situação de abandono; e) famílias com presença de formas de negligência, maus tratos e violência (loc. cit.).

O discurso oficial, ao definir os grupos populacionais alvos da “Proteção Social Básica”, parece se apoiar na organização da política pública de saúde. Entretanto, exclui desta o mais essencial quanto ao ideário, sobretudo no que diz respeito à participação dos sujeitos da atenção, chamados usuários, no planejamento, gestão e controle da própria política e de sua aplicação prática. Ao mesmo tempo mistura e nomeia “crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, usuários de substâncias psicoativas e outros indivíduos em situação de abandono” como se não existissem diferenças essenciais a serem aludidas.

A rede social inclui a todos, mas inclui de modo precário, instável e marginal. A sociedade capitalista desterritorializa, desenraíza, exclui, para num segundo momento incluir de outra maneira, de acordo com suas próprias regras. A descentralização e a municipalização, mesmo considerando seus aspectos positivos (Fonseca, 2007), podem ser consideradas como um processo de terceirização nas políticas públicas de Assistência Social, pois elas sempre incluem um barateamento dos custos. Lamentavelmente, o fato de o Estado se desincumbir de investimentos na área social não é acompanhado da redução de impostos, pelo contrário, há um recrudescimento da tributação sobre os contribuintes. Mesmo que o Estado diminua gastos com investimentos que visariam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos, não vemos diminuição no funcionalismo estatal em outros gastos públicos e menos ainda nos impostos.

A proteção social especial opera por meio da oferta de: a) rede de serviços de atendimento domiciliar, albergues, abrigos, moradias provisórias para adultos e idosos, garantindo a convivência familiar e comunitária; b) rede de serviços de acolhida para crianças e adolescentes com repúblicas, casas de acolhida, abrigos e família acolhedora; c) serviços especiais de referência para pessoas com deficiência, abandono, vítimas de negligência, abusos e formas de violência; d) ações de apoio a situações de riscos circunstanciais, em decorrência de calamidades públicas e emergências. A ação da rede socioassistencial de proteção básica e especial é realizada diretamente por organizações governamentais ou mediante convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de assistência social (Brasil, op. cit.).

Parece claro que a rede em questão não é mais que a rede dos “protetores”, ficando os “protegidos” inteiramente fora dela. O discurso sobre as redes sociais tem abusado do viés da responsabilidade social, da solidariedade, do respeito, da aceitação, da tolerância e da inclusão para com a alteridade social caracterizada pela pobreza. Sobretudo a sociedade civil e os municípios são responsabilizados pela gestão descentralizada e participativa da Assistência Social. A experiência revela que com a descentralização e a municipalização vem a segmentação atomizante do problema social, bem como a partilha de recursos que gera a precarização dos serviços, comprometendo a extensão da cobertura e sua qualidade. A minimização da esfera pública atrofia os direitos sociais.

Constatamos ainda uma responsabilização culpabilizante do município e dos seus cidadãos, que são admoestados pelo Estado a “tomar conta dos seus pobres”, como se a existência de problemas sociais e da pobreza não tivesse sua produção localizada em estruturas políticas e econômicas mantidas pelo Estado nacional e por agências internacionais. A Terceira Revolução Industrial (Fonseca, 2007), que flexibiliza e precariza as relações econômicas e sociais em prol do capital, predomina no setor do mercado, gerando todo

um conjunto complexo de efeitos sociais, mas, sobretudo, promove a concentração de renda e o aumento da miséria para grandes faixas da população. O viés da solidariedade ainda tende a colocar em segundo plano as questões do profissionalismo e da remuneração adequada dos trabalhadores no campo da Assistência Social, da Saúde e da Educação, com as reais e específicas necessidades das camadas populares. A questão da gestão do problema social é remetida ao plano das emoções, dos sentimentos, valores e moralidade meramente pessoais, novamente esvaziando suas dimensões políticas, econômicas e críticas.

A relação entre as entidades de assistência social e o SUAS se dá através de um vínculo – o vínculo SUAS –, pautado pelo reconhecimento da condição de parceiro da política pública de assistência social. Será estabelecido a partir desse reconhecimento pelo órgão gestor, da entidade, previamente inscrita no respectivo conselho de assistência social, da identificação de suas ações nos níveis de complexidade, definidos pela Política Nacional de Assistência Social/2004 e de sua possibilidade de inserção no processo de trabalho em rede hierarquizada e complementar. A forma de viabilização de tal procedimento deverá contemplar a definição de instrumental – base para sua operacionalização (Brasil, 2005, p.94-95).

Há preocupação em definir a relação entre entidades de Assistência Social e o SUAS e designar seu lugar no sistema hierarquizado. Trata-se, aparentemente, apenas da definição dos critérios mínimos que viabilizam a adesão das ONGs ao sistema.

Manual da Assistência Social

De acordo com o manual da Assistência Social (Brasil, s/d), entende-se por “rede de proteção” um conjunto de instituições, organizações e pessoas, que se articulam e atuam tendo em vista um

objetivo comum. Pode-se dizer, então, que a rede de proteção é esse entrelaçado de instituições, organizações e pessoas, desenvolvendo ações direcionadas para que aqueles que ainda estão usufruindo, que ainda têm acesso aos direitos sociais (saúde, educação etc.), não os percam. É o grupo que ainda está inserido, que ainda está de posse dos direitos, mas está iniciando um processo bastante forte de exclusão. São aqueles que estão saindo da escola, entrando no trabalho informal, faltando às aulas, iniciando-se em atividades marginais.

Já a denominação “rede de inclusão” indicaria o entrelaçamento de instituições, organizações e pessoas que, em conjunto, desenvolvem ações direcionadas para aqueles que não têm mais acesso aos direitos sociais (saúde, educação etc.) e que por isso estão fora da rede de proteção. A rede de inclusão buscaria trabalhar os grupos mais fragilizados, mais vitimados pelo processo de exclusão. Por meio da rede de inclusão, procura-se garantir os mínimos básicos de sobrevivência e reinserir nas políticas que garantem os direitos sociais.

Notamos que a ideologia liberal tende a naturalizar, a criar entidades abstratas e a individualizar fenômenos produzidos histórica, social e coletivamente. Portanto, ela não problematiza o fato histórico de que, se houver pessoas em condições de vulnerabilidade social de pobreza, há um sistema social globalizado estruturalmente produtor de empobrecimento, exclusão e segregação. A pobreza não é um fenômeno natural; é um fato produzido socialmente, uma das mais importantes refrações da contradição que vigora entre o capital e o trabalho em nossa sociedade: exclusão social, pois o capital financeiro já não precisa nem mais explorar a mão de obra.

Há uma descrição superficial e esquemática de um estado de coisas tomadas de modo abstrato nesse manual. Pensamos que o importante seria explicar o processo de construção social do fenômeno constatado na realidade, ultrapassando a mera aparência dos fatos: não apenas há “pobreza” como conceito abstrato e a-histórico, mas há um processo histórico de empobrecimento da maior

parte da população brasileira. Isso não é fruto do acaso, nem pode ser reduzido, sem mais, à imperícia pessoal e individual.

As redes sociais na internet

Rede Social São Paulo

De acordo com o portal da Rede Social São Paulo⁴, ela surgiu para enfrentar a desigualdade social no Estado, tendo como prioridade inicial a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma aliança formada por mais de uma centena de organizações da sociedade do setor empresarial e do governo. Essa rede foi criada para incentivar a mobilização das pessoas em torno de questões sociais que afetam o dia a dia da população e se configuram como um amplo movimento suprapartidário que pretende aprimorar e fortalecer sistemas e redes sociais, contribuindo para garantir os direitos humanos no estado de São Paulo.

O comitê gestor da Rede Social conta com representantes de diversas empresas e corporações do mundo empresarial e financeiro do país. Sua ideia básica é que “juntos se faz mais e melhor”, o que revela o acento pragmático da estratégia de conexão. Somos informados, ainda, de que a Rede Social é construída com a participação e o comprometimento de todos, conectando iniciativas já existentes para ampliar o resultado positivo, promover o desenvolvimento local e diminuir as desigualdades sociais. Os integrantes da Rede acreditam que a reflexão conjunta sobre os problemas comuns e a atuação organizada de todos os setores da sociedade são maneiras eficazes de enfrentar os problemas sociais do estado de São Paulo. Nesse sentido, estimula o protagonismo das lideranças locais e a criação de um novo paradigma, em que a responsabilidade pelas questões sociais depende da articulação e do compromisso pessoal de ações conjuntas.

4. Rede Social São Paulo. Disponível em: <<http://www.redesociaisao paulo.org.br>>. Acesso em: 11 abr. 2008.

O primeiro desafio eleito pela Rede Social São Paulo teria sido a luta pela defesa dos direitos da infância e da juventude, que possui reflexos diretos na estrutura familiar e em áreas fundamentais, como a segurança pública, saúde e de Educação. Para enfrentar esse desafio, a Rede Social desenvolveu o Projeto Envolver, que estimula a criação, estrutura e fortalece redes locais, contribuindo para o aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Por meio da Metodologia Aprimorar, desenvolvida pelo UNICEF, o Projeto Envolver entrosou os agentes do SGDCA: educadores, profissionais de saúde, assistentes sociais, dirigentes de órgãos públicos e de organizações da sociedade, advogados, policiais, conselheiros de direitos, conselheiros tutelares, juízes da infância, promotores de justiça, defensores públicos, além de lideranças empresariais e de governo. A Metodologia Aprimorar visa proporcionar uma reflexão conjunta sobre os principais entraves ao cumprimento do ECA nos municípios e promove as Jornadas de Formação, nas quais representantes de cada município participam de encontros sobre os temas identificados durante o diagnóstico e se capacitam para executar um plano de trabalho na sua cidade.

Com relação aos resultados já alcançados, o site nos informa que entre o projeto piloto e a fase de expansão das atividades da Rede Social, em 2006, foram realizados 195 encontros, com cerca de 17 mil participações de lideranças, representando 383 municípios do interior do estado, capital e região metropolitana. Os recursos para as ações do Projeto Envolver foram obtidos via adesão espontânea de doadores que contribuem com o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, administrado pelo CONDECA. Para consolidar os resultados alcançados e construir um modelo local, autônomo e sustentável, a Rede Social São Paulo, por meio desse projeto, acompanha e fortalece as ações de aprimoramento do SGDCA em 304 municípios do estado, em parceria com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA's) e CONDECA.

No segundo semestre de 2007 foram realizadas 63 jornadas de formação, organizadas em 21 polos – sendo 13 no interior, 5 na região metropolitana e 3 na capital –, além de um encontro de dois dias para capacitar cem agentes na aplicação da Metodologia Aprimorar.

Observamos, assim, que é um projeto complexo, que desenvolve ampla cobertura, numa iniciativa muito interessante. Vê-se, de modo cristalino, como se trata sempre da rede dos sujeitos da assistência. Quanto aos assistidos, nunca são concebidos fora da posição de objetos passivos, sempre supostos por não terem e não fazerem suas próprias redes.

Programa Rede Social Senac

Segundo o portal do programa Rede Social Senac⁵, o mundo globalizado pede um novo padrão de organização. Indica, ainda, que a reflexão sobre as atuais circunstâncias sociais, econômicas e ambientais leva a perceber a insustentabilidade do atual modelo e a necessidade de buscar alternativas para um mundo mais humano e menos individualista. Uma das alternativas seria o trabalho em rede, que estaria ganhando força em diversas localidades ao redor do mundo. Ancorada em valores como igualdade, democracia, cooperação e construção coletiva, a rede propicia uma grande articulação entre as várias esferas da sociedade civil (organizações, poder público, cidadãos etc.), potencializando sua capacidade de mobilização coletiva e a realização de suas ações.

Nesse sentido, o Senac São Paulo desenvolve o Programa Rede Social em diversos municípios do Estado. A partir de uma experiência de mais de 35 anos em ações socioeducativas em comunidades onde o Senac mantém unidades, criou-se uma metodologia de trabalho em rede que visa articular pessoas e organizações para propor soluções aos problemas sociais das localidades. Em cada local onde o programa está sendo realizado, o Senac investe em um

5. Rede Social Senac. Disponível em <http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a19633.htm&testeira=1928>. Acesso em: 9 out. 2008.

colaborador especialmente designado para articular e mediar a Rede Social. Entre suas atribuições, o mediador identifica os atores sociais do lugar e os convida para encontros periódicos e fóruns temáticos, buscando identificar objetivos comuns, estabelecendo compromissos e responsabilidades e assessorando a realização de projetos para melhorar a qualidade de vida da comunidade. O conceito de “Rede Social” do Senac é definido como um sistema capaz de reunir e organizar pessoas e instituições de forma igualitária e democrática, a fim de construir novos compromissos que beneficiem a vida das comunidades.

Sucintamente, a metodologia que o Senac utiliza para formar e articular as redes sociais compreende: 1) reunião/espço comum (presencial ou virtual), formação dos elos entre os componentes; 2) identificação/conhecimento mútuo e estabelecimento de diagnósticos; 3) proposição/estabelecimento das visões de mundo, propostas; 4) composição/estabelecimento de parcerias e definição da missão, busca de consenso e objetivos comuns; 5) novo compromisso/definição do projeto ou ação e formação do compromisso conjunto, estabelecimento de objetivos e metas para a ação/realização do planejamento, avaliação dos resultados.

Os que gostam de conviver em ambientes democráticos prezam as relações horizontais e igualitárias e acreditam que as soluções e alternativas para os problemas sociais devem ser construídas em conjunto. Esses são os principais requisitos para integrar uma das redes sociais fomentadas e mediadas pelo Senac São Paulo; nesse caso estão convidados a participar da Rede Social tanto os indivíduos quanto as instituições. Essa interessante estratégia de conexão colocou em prática o programa Formatos Brasil. Nesse caso, também notamos os mesmos lugares comuns dessa espécie de ideologia das redes: enunciados discursivos de caráter universalizante e abstrato: “um mundo mais humano e menos individualista [...] organização de pessoas e instituições de forma igualitária e democrática”. Também se destaca a suposição de que gostar da convivência democrática já é um agregador suficiente para enfrentar as desigualdades sociais e superar as

formas instituídas e assimiladas das relações sociais e intersubjetivas correlatas ao MCP.

Rede de Informações para o terceiro setor

A Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits)⁶, segundo informações em seu portal, é uma organização privada, autônoma e sem finalidade lucrativa, detentora de título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e de status consultivo especial com o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (Ecosoc/ONU). Fundada em 1997, com a missão de ser uma rede virtual de informações, voltada para o fortalecimento das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, a Rits busca realizar sua missão principalmente ao fomentar e dar suporte para o compartilhamento de informações, conhecimento e recursos técnicos entre as organizações e os movimentos sociais. Também é missão da Rits promover a interação de iniciativas e projetos por meio do uso efetivo de tecnologias da informação e comunicação (TICs) – em especial, da internet –, fator considerado indispensável para promover o desenvolvimento humano e social. Por isso, em todas as suas atividades, a Rits busca contribuir para a apropriação crítica das TICs pelas organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos. Ao realizar sua missão, a Rits produz e dissemina informação e elabora estratégias para articulação de redes da sociedade civil, dando ainda apoio a essas redes com tecnologia – por meio de seu provedor de serviços de internet e capacitação no uso das TICs. Além disso, faz monitoramento crítico e participa da formulação e prática de políticas públicas relacionadas às TICs e à democratização de seus recursos para o desenvolvimento humano.

As três redes citadas disponibilizam muitas informações e diversos textos e documentos de cursos e encontros realizados, incluindo vários relatórios de atividades desenvolvidas. Trata-se de

6. Rede de Informações para o terceiro setor. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

material abundante e variado, de valor desigual, englobando o tema das redes sociais, e, em muitos deles, predominam os mesmos significantes que já mapeamos na literatura impressa: terceiro setor, sustentabilidade, empreendedorismo social, marketing social, responsabilidade social, e seu amplo acervo é oferecido gratuitamente a organizações diversas. Levando em conta sua utilidade e importância, consideramos que eles também estão alinhados com os discursos hegemônicos que detectamos no campo da Assistência Social, e sua plausibilidade se explica a partir desse contexto.

O discurso do marketing e o gerenciamento empresarial da Assistência Social

Diversas entidades assistenciais surgem a partir de iniciativas individuais de pessoas muitas vezes imbuídas de valores altruístas e humanitários, angustiadas com algum fenômeno típico situado no campo do problema social: crianças de rua, mendigos, andarrilhos, sem-tetos, idosos abandonados, pessoas acometidas por doenças graves (como câncer), pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, ou no jargão “politicamente correto”, de necessidades especiais, ou ainda, caracterizadas pela noção de “diversidade significativa”. (Amaral, 2002).

Entidades privadas são fundadas por pessoas e grupos da sociedade civil com a finalidade de atender a algumas dessas demandas sociais. Não é incomum que aos fundadores e dirigentes dessas entidades sobre boa vontade, idealismo, dedicação e intenção de contribuir para minorar o sofrimento de determinada clientela que vive numa situação de exclusão social. Mas também parece faltar maior capacitação teórica e técnica, ideológica e jurídica para a realização de programas, projetos e serviços na área assistencial. Os trabalhadores sociais dessas entidades podem inclusive desenvolver esforços heroicos para organizar burocrática e legalmente seus estabelecimentos, elaborando estatutos, regimentos e produzindo a documentação necessária que permita o

funcionamento das entidades. Atualmente, isso pode ser facilitado, pois existe o CMAS que tem a função de orientar, supervisionar, inspecionar e certificar as entidades assistenciais que estão legalmente constituídas. Está facultada a possibilidade de qualquer iniciativa se inscrever nas normas da legislação oficial relativa à Assistência Social (Brasil, 1993; 2005).

Há uma vasta literatura – da qual apresentaremos apenas uma amostra (Silva, 2000; Ashoka; McKinsey, 2001; Camargo, 2002; Duprat, 2004; Kisil, 2004; Neumann, 2004a, 2004b; Senac, 2005, [s.d.]; Fernandes, 2004; Ayres, 2001, 2002) – que propõe capacitar, reciclar e melhorar as equipes dirigentes das entidades assistenciais, visando a uma eventual melhoria na qualidade desses estabelecimentos. Pretende-se desenvolver a competência técnica dos dirigentes, tornando-os “gestores” de acordo com o jargão empresarial. Vejamos alguns exemplos.

Silva (2000) apresenta o planejamento como ferramenta de aprendizagem para as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e indica que elas teriam surgido como resultado da iniciativa de indivíduos ou grupos que visariam colocar em prática ações de interesse público, buscando defender direitos sociais, prestar serviços ou apoio técnico para o poder público no campo da Assistência Social. Iniciativa, criatividade e diversidade seriam as características distintivas dessas “verdadeiras escolas de cidadania em busca das transformações que a sociedade exige” (Ibid., p.9). Essas organizações precisariam “construir uma gestão eficaz”, devendo buscar sua “sustentabilidade” por meio da captação e utilização adequada de “recursos financeiros”, para o que seria importante investir no desenvolvimento e capacitação de seus membros, valorizando o “capital humano” disponível (Martelto; Silva, 2004). Aponta, ainda, que é necessário melhorar a “qualidade dos serviços” oferecidos e adequá-los às necessidades da “clientela”, oferecer informações claras e realizar prestações de contas de modo transparente, bem como buscar a adesão de empresas e da sociedade à causa da organização. Como afirmou determinado dirigente de uma financiadora desses empreendimentos sociais: “há dinheiro de sobra para quem aprender a fazer a prestação de contas”.

O autor trata dos princípios e diretrizes do planejamento, procurando demonstrar sua importância e necessidade num cenário social de muitas mudanças, crises e transformações. Nesse sentido, explica o que é “planejamento estratégico” e quais são suas relações com a captação de recursos e com o desenvolvimento organizacional. Ao desenvolver o tema do processo de planejamento, focaliza a dimensão grupal do funcionamento da organização e a importância da construção de um consenso dialogado entre seus componentes, denominando de “processo de formação de juízo em grupo”. Em seguida, o autor explicita as diversas fases do processo de planejamento: a organização, a orientação, o direcionamento, o plano de ação e a avaliação. Esse processo é apresentado como um trabalho interior realizado pelos membros do grupo.

A questão do conteúdo do planejamento inclui os temas da gestão e da sustentabilidade; os cinco campos que compõem uma organização da sociedade civil: as pessoas, os serviços, os recursos, a sociedade e o grupo gestor (conselho e diretoria); bem como as variáveis que estão inter-relacionando de modo circular esses campos: a qualidade, a motivação, a viabilidade e a capacidade de direcionamento. Silva (2000) explicita também outros conceitos-chave que são ferramentas do processo de planejamento: a visão de mundo, a missão, a vocação, o público-alvo, os clientes e os parceiros, as estratégias e as prioridades, os objetivos e as metas, a estrutura e o organograma, os programas e os projetos, os orçamentos e os custos. Finalmente, apresenta o contexto e os princípios do planejamento estratégico em rede, explicando como lidar e envolver o conselho da organização nesse trabalho e propõe a elaboração de planilhas de monitoramento gerencial e operacional.

Agora já podemos começar a ver mais claro que a rede é apenas uma ferramenta para um processamento muito mais amplo e complexo, que inclui a captação de recursos, seu gerenciamento e o cuidado de manter sua perenidade – em suma, um gerenciamento de serviços. Eis aí revelada a mágica de se tornar uma ONG, empresa de extração de mais-valia pela terceirização de mão de obra que oferece serviços ao Estado. Estado este que, por maiores que

tenham sido as investidas neoliberais em sua minimização, ainda não deixou de ser, com raríssimas e historicamente localizadas exceções, o que sempre foi: representante dos interesses do bloco socialmente dominante na luta pela hegemonia social.

De acordo com a Ashoka e Mckinsey (2001), aprendemos que as organizações da sociedade civil surgiram para promover a noção de cidadania e pressionar por sua construção na América Latina. Superando a filantropia e o assistencialismo estatal, as ONGs surgiram nas décadas de 1970 e 1980, alinhadas e vinculadas com organismos internacionais. Com as transformações da conjuntura internacional em meados dos anos 1980, as fundações internacionais passaram a encaminhar seus recursos para países do Leste Europeu e para da África, obrigando as organizações da sociedade civil a buscar alternativas de sustentabilidade.

No plano nacional, os recursos governamentais também se tornaram mais escassos, e foi a partir dos anos 1990 que começou a se redesenhar o denominado terceiro setor no Brasil, marcando novas configurações para as organizações sem fins lucrativos no país. As empresas do setor privado passaram a se engajar nas questões sociais e, inicialmente, buscaram parcerias com organizações da sociedade civil para atuarem juntas em busca de eficiência e de melhores resultados. Essas organizações tiveram que se reestruturar para poder estabelecer parcerias com o setor privado, profissionalizando seus membros e adotando ferramentas de planejamento e de gestão empresarial.

Quando ganharam experiência no manejo da situação social e na elaboração de projetos sociais, as empresas passaram a criar suas próprias fundações empresariais, além de atuarem em parcerias. Podemos dizer que foi, então, que o marketing social foi descoberto e inventado pelo setor do mercado. Como se tornou muito difícil obter financiamento do Estado, de organismos internacionais ou de empresas privadas, as organizações da sociedade civil precisaram procurar alternativas de sustentabilidade, o que teria marcado o fim de sua dependência de agências de fomento.

“Sustentabilidade” é um conceito que se refere à capacidade de uma organização ser eficiente ou não para manter suas operações

sem depender totalmente da doação de recursos por parte de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas). A própria sociedade deve arcar, então, com os custos do equacionamento institucional dos problemas sociais, já que o Estado e o mercado se desobrigaram dessa questão; ou, então, realizar projetos próprios nessa área. Além de lutar para solucionar problemas sociais ingentes, seria também da responsabilidade das organizações da sociedade civil captar os recursos necessários para realizar suas atividades.

Para justificar tal concepção de atuação social, Ashoka e Mckinsey (2001) propõem um paralelo entre uma organização privada e uma do terceiro setor, identificando ambas em três etapas básicas semelhantes de funcionamento. Numa empresa, as etapas seriam: a) o investimento de recursos financeiros e humanos; b) a operação que agrega valor ao investimento, produzindo bens ou serviços; c) os resultados, ou lucros gerados, que em parte são distribuídos aos acionistas e são reinvestidos na empresa. Numa organização da sociedade civil, teríamos: a) o investimento de recursos financeiros (obtidos por meio de doações) e de recursos humanos (voluntários sem remuneração ou funcionários contratados); b) a operação, que consiste em gerar algum tipo de impacto social, beneficiando a sociedade e em adotar processos que gerem recursos para garantir ou contribuir para seu custeio; c) os resultados se referem à avaliação do impacto social efetivamente realizado pela organização e pelo superávit gerado pela operação. Todos os recursos financeiros captados devem ser investidos na organização para aumentar seu poder de impacto. Aprendemos, então, que a organização que consegue um bom superávit para sustentar suas atividades sem precisar depender de doações de financiamento externo se torna “autossustentável”. De fato, podemos notar que a grande novidade é que ela aprendeu a pedir a “terceiros”, ironicamente justificando de modo simples sua inclusão no terceiro setor.

De acordo com essa leitura ingênua da realidade do modo de funcionamento das empresas no setor do mercado, Ashoka e Mckinsey ensinam que o funcionamento de uma organização do terceiro setor seria muito semelhante ao de uma empresa privada,

diferindo apenas quanto a seus objetivos e a suas alianças estratégicas. Inclusive, uma organização assistencial seria tão ou mais complexa de administrar, pois, ao adotar operações para gerar recursos, está utilizando processos idênticos aos de uma empresa privada. Daí a importância de dominar as ferramentas de administração e gerenciamento já consagradas no setor privado, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de planos de negócios.

É isso que Ashoka e Mckinsey se propõem a apresentar, desenvolvendo os seguintes temas: sumário executivo, organização, produto/serviço, mercado, marketing, equipe gerencial, planejamento financeiro, riscos, oportunidades e planos de implementação. Seu objetivo seria apoiar a profissionalização das organizações sociais e aumentar sua eficiência, visando promover o bem-estar social. E fazem isso sem mencionar sequer uma vez a questão histórica e política da produção do problema social e da necessidade da transformação social, sobretudo da lógica do modo de funcionamento do MPC.

Evidentemente, nem todo autor precisa elaborar um contexto paradigmático, filosófico e político no qual se situa, para em seguida apresentar suas propostas teórico-técnicas e metodológicas. No caso específico do problema social e de suas múltiplas refrações na sociedade, entendemos que é ingenuidade – senão uma temeridade ou um cinismo perverso – afirmar que a gestão eficiente dos programas sociais, realizada a partir da adaptação de conceitos e práticas de gestão empresarial às diversas organizações da sociedade civil (como a elaboração de projetos, a captação de recursos, a administração financeira, a comunicação e o marketing social, a formação de parcerias e alianças estratégicas, a avaliação e o planejamento estratégico), possa reverter a desordem social institucionalizada que produz a realidade polifacética da pobreza. Nossa hipótese é que essa estratégia esvazia a dimensão política dos movimentos sociais e procura capturá-los por meio de discursos tecnocráticos. Pensamos que é importante cuidar tanto dos aspectos técnicos quanto políticos nas organizações da Assistência Social.

Certamente não é inadequado melhorar a competência técnico-administrativa das equipes dirigentes de entidades

assistenciais; o problema nos parece ser a sedução da retórica empresarial que se apresenta como a solução para a questão dos empreendimentos assistenciais. Se o que se visa é fomentar a competência dos trabalhadores sociais, talvez se parta do pressuposto de sua incompetência administrativa, da qual se derivaria a pouca efetividade dos programas, projetos e serviços implementados por tais estabelecimentos. Então, a solução estaria na panaceia empresarial. Mas não é exatamente por causa da incompetência individual que as entidades são pouco eficazes. Bem sabemos que há razões estruturais e conjunturais locais, nacionais e globais que recrudescem o problema social, o que é suficiente para tornar os efeitos da instituição da Assistência Social, e dos seus diversos estabelecimentos, meramente paliativos, remediativos e assistencialistas.

Caso se queira capacitar e formar os membros das entidades assistenciais – e pensamos que isso é necessário –, dever-se-á partir de uma abordagem não individual e muito menos focada apenas na administração empresarial. O importante seria tomar a entidade assistencial como unidade de intervenção e objeto de estudo e de reflexão. Certamente as dificuldades do corporativismo profissional, a verticalização das relações intrainstitucionais, o autoritarismo, a alienação, as dificuldades com a clientela, entre outras, são as mazelas típicas do funcionamento de instituições e de estabelecimentos em geral. Isso também está presente na instituição da Assistência Social e nos seus diversos estabelecimentos. Portanto, o objeto de análise e de trabalho da formação de profissionais em serviço seria o próprio estabelecimento assistencial, já que ele é o contexto institucional de dirigentes, técnicos, educadores, usuários e suas famílias. A formação da equipe dos trabalhadores deveria ser parte de um projeto mais amplo – projeto político/institucional/assistencial/pedagógico –, desenvolvido de modo democrático e participativo com todos os envolvidos, visando à efetividade político-social do trabalho desenvolvido pela entidade.

Os elementos apresentados neste tópico fazem parte de uma análise e de uma crítica capazes de desnudar o essencial da retórica

“onguista” e seu comensalismo das migalhas bem administradas. Migalhas, esperta e calculadamente, subtraídas do “setor privado”, seja de empresas, seja de indivíduos, mas também sem excluir o Estado. Porém, o mais interessante é vermos surgir as “metaONGs”, ou seja, empresas especializadas na formação e manutenção das ONGs. Não parece nem mesmo necessário um comentário maldoso que, entretanto, não quer calar: que campo seria melhor para fazer dinheiro com a simples “administração de dinheiro” do que um campo em que se pode aliar a aura do voluntariado benfazejo e o apelo para a identificação, culposa ou não, das pessoas com o desprotegido, o injustiçado, ou simplesmente sofredor?

Programa Formatos Brasil

O programa Formatos Brasil é desenvolvido pelo Senac (2005) e se propõe a formar atores sociais visando ao desenvolvimento comunitário local de modo integrado e sustentável. Os parceiros do Senac nessa tarefa são o Consulado dos Estados Unidos de São Paulo, bem como The Johns Hopkins University. Os assessores do Senac foram preparados por essa universidade estadunidense para desenvolver um amplo programa de capacitação que teria sido implantado em treze estados brasileiros simultaneamente. Estudando o material do programa é possível entender que o discurso teórico-técnico, jurídico e ideológico da gestão empresarial capitalista pretende oferecer ferramentas de gerenciamento para inovar e aprimorar o terceiro setor, mas sem colocar em questão o atual sistema social, político e econômico de modo crítico.

O material do curso começa com uma introdução ao tema do terceiro setor, apresentando como pilares do desenvolvimento social o Estado (primeiro setor), o mercado (segundo setor) e as organizações da sociedade civil (terceiro setor). É interessante que a ordem dos setores comece pelo Estado, passe pelo mercado e termine com a sociedade civil, pois entendemos que isso é uma leitura

ideológica da realidade: o setor que detém a hegemonia sobre a sociedade civil e o Estado na atualidade é o mercado. Não há nenhuma análise crítica ou histórica das relações contraditórias e inclusive conflitantes e antagônicas entre esses setores. A sociedade civil é apresentada, sem mais, como sendo unitária, e não estruturalmente dividida, quanto a interesses e valores, em suma, em classes sociais.

Essa proposta pretende construir “uma nova cultura de consenso, fundada na solidariedade indiferenciada entre as classes, no cooperativismo, ou solidarismo, no enfrentamento das crises, redefinindo o sentido da participação social” (Teixeira, 2007, p.159). O terceiro setor é caracterizado como “um novo setor da economia” (Senac, 2005, p.10), e o texto apresenta sem maiores problematizações uma série de aspectos que contribuem para a expansão do terceiro setor:

Crescimento das necessidades socioeconômicas; crise fiscal e falência do Estado; redução das funções sociais do Estado; migração em direção às grandes cidades; degradação ambiental que ameaça a saúde humana; crescente onda de violência que ameaça a segurança das populações; maior apoio da mídia; maior participação das empresas em projetos de cidadania empresarial; revolução pós-industrial, desemprego tecnológico e estrutural; revolução tecnológica; revolução das telecomunicações; concentração de renda.

Note-se como o texto opera por meio de uma mistura corrosiva de efeitos da própria estruturação econômica e social como a “degradação ambiental, violência, desemprego, concentração de renda” e aspectos daquilo que chama de “revolução pós-industrial, tecnológica e de telecomunicações”. Nele podemos ver, ainda, em forma de uma espécie de lapso de discurso, a subtração do Estado da mediação social, por uma simples “pernada”: “falência do Estado”. Não é preciso dizer que o terceiro setor será seu herdeiro e suplente.

Falta uma contextualização sócio-histórica que permita compreender como se produzem esses fenômenos elencados

aleatoriamente no mundo da economia neoliberal globalizada, produtora estrutural de problemas sociais. O texto chega a ser ingênuo, caso não seja cínico, ao afirmar romanticamente que

cada setor, ao participar do processo de negociação para o estabelecimento de parcerias com os demais setores, disponibilizará as competências que veio a desenvolver ao longo de sua experiência, que irão certamente complementar e enriquecer as experiências e competências de seus parceiros. Essa troca gerada pela parceria ou aliança, se bem administrada e potencializada, irá beneficiar a todos (Ibid., p.145).

O movimento e a expansão do terceiro setor poderiam ser pensados como a produção de estratégias de sobrevivência dos mais pobres no mundo contemporâneo, mas o material do Senac destaca os milhões de reais que circulam pelo campo das ONGs: até a pobreza pode ser recuperada como espaço de giro lucrativo pelo capital, ao mesmo tempo que se esvazia a participação política por meio de práticas assistencialistas e compensatórias. Sua proposta parece visar ao gerenciamento econômico desse novo filão tão rico de possibilidades, conforme análise anterior.

O programa de formação oferece ferramentas de “Gestão no Terceiro Setor” para desenvolver e capacitar as lideranças das ONGs e da comunidade quanto às formas de gestão. Assim, pretende-se “apoiar a construção de conhecimentos e de ações que levem à busca de condições apropriadas para compor com a sociedade e criar comunidades saudáveis, solidárias e cooperativas” (p.5). São inequívocos os ecos da velha tática e do velho discurso preventivista e comunitário que há mais de quatro décadas foi importado como um recurso a mais na “guerra de posições” entre os interesses socialmente dominantes e subordinados, no processo de manutenção da hegemonia de interesses e valores sociais.

Não há inovação quanto ao mecanismo de inserção por meio dos mecanismos de concessões táticas e simultâneas ou posterior assepsia dessas concessões; como diz Guattari (1981) – assepsia das

pulsões revolucionárias e desejanças. A novidade é que se trata de manejo de “pulsões” que paradoxalmente se definem pelo próprio estado do inerte; um conjunto de “reivindicações” que se apresentam por um estado do crítico que não confronta nem ameaça, apenas gera compaixão, culpabiliza ou envergonha. Entretanto, esse modo da crise parece ter se tornado cada vez mais característico do estado atual do MCP. Não será, então, um lapso do discurso “hiperliberal” – que dispensa totalmente sua passagem pelo Estado, possivelmente por este já estar reduzido ao mínimo – se tentar em deixar na mão de terceiros a administração principal dessas pulsões de crise que o atravessam?

Em outros termos, estará ficando tamanha a mudança na “ordem mundial”? A ponto de o assistencialismo, que sempre foi campo de pulsões domesticadas, chegar a representar uma brecha aberta ameaçando os interesses dominantes (no PEH) e estar se tornando um campo propício para organizar estratégias e táticas, consistentes e radicais, capazes de aspirar ao avanço social, por parte daqueles que sustentam e encarnam os interesses socialmente subordinados? Aí está uma hipótese que nos parece merecer mais investigação e reflexão.

O discurso sobre as redes sociais parece se sobrepor a uma realidade que é fragmentada, contraditória, desigual, produtora de divisões sociais, políticas e econômicas. Parece que, ao adotar a novidade da noção de rede social, todos os problemas e conflitos sociais desaparecem, pois a rede colhe a todos, conecta e facilita tudo a todos, democratizando a informação e os recursos. Os indivíduos são incitados a mudar de mentalidade e se integrar às redes de participação na vida social: “a ideia básica é que o participante construa sua própria formação, interagindo em Rede Social como seus pares, adequando os conhecimentos adquiridos a sua Organização e articulando parcerias intersetoriais que envolvam governos, empresas e sociedade civil organizada” (Senac, 2005, p.4). A anomia social e política seria solucionada pela persuasão sutil, pela incitação a incluir-se numa rede social, pois “a participação e a colaboração social são um meio eficaz de realizar transformações

sociais” (Ibid., p.17). O que não deixa de ser um engodo, conforme assinalado anteriormente, já que se trata de redes de “assistentes” que excluem totalmente de suas teias os assistidos, a não ser no lugar de objetos da rede. Rede social pode ser definida como

um sistema capaz de reunir e organizar pessoas e instituições de forma igualitária e democrática, com a finalidade de construir novos compromissos em torno de interesses comuns e de fortalecer os atores sociais na defesa de suas causas, na implementação de seus projetos e na promoção de suas comunidades (Ibid., p.16).

Vemos que esses “atores sociais” não são as populações dos excluídos e decaídos de diferentes tipos. Esse discurso é familiar, pois nessa definição parecem ressoar importantes aspectos ressaltados e criticados pelas teorias institucionalistas (Baremblytt, 1998; Foucault, 1999; Costa-Rosa, 2000; Altoé, 2004; Barus-Michel, 2004), mas devidamente assepsiados de seus aspectos mais agudos, tais como a intensa politização da problemática social em geral, sua orientação para a crítica social global e sua dinâmica autoanalítica e autogestiva. Parece mesmo uma recuperação pelo capital hegemônico das propostas mais avançadas e críticas da Filosofia, das Ciências Humanas e Sociais que apontam para a transformação da vida social como um todo. Não é de hoje que o capital vem se apropriando do modelo da autogestão para colocá-lo em prática na empresa e aumentar seus lucros, como se pôde verificar no “toyotismo”, na “reengenharia empresarial”, na “qualidade total” e nos programas de flexibilização, de descentralização e de incentivo à participação e auto-organização dos trabalhadores (Benelli, 2009).

O discurso continua no mesmo, tom indicando as competências já consolidadas por cada setor (Senac, 2005). O governo ainda constituiria o ambiente regulador, sendo responsável pela infraestrutura física e social, bem como pelas redes de segurança e proteção das pessoas e do meio ambiente; e suas habilidades consistem em responsabilizar-se por esforços em larga escala em nível

nacional e lidar com outros governos nacionais e organismos internacionais. Já o mercado e o empresariado se ocupam das finanças e de outros recursos econômicos; desenvolvem recursos humanos; formam cadeias de suprimentos locais; criam, estabelecem e levantam padrões de produção; têm acesso e impacto na discussão de políticas nacionais; criam empregos; realizam investimentos sociais com flexibilidade e inovação. Finalmente a sociedade civil concentra o espaço da expressão individual, dispõe de ferramentas para o empoderamento (já que as pessoas são as guardiãs da herança social e cultural); presta serviços; conhece os anseios da população; proporciona legitimidade, fornece voluntários para os diversos empreendimentos sociais; possui habilidades técnicas e experiência na área de desenvolvimento; expressa a dimensão da coesão social; tem interesse no desenvolvimento humano, busca o empoderamento social e recursos financeiros; e seu apoio melhora a reputação de empresas. É praticamente impossível não notar que a divulgação de uma visão de mundo enviesada – como essa descrição não antagônica da vida social – deve interessar muito aos detentores do poder econômico e político. Estamos distantes de uma visão minimamente dialética da realidade social, que dirá de uma perspectiva institucionalista rizomática (Gallo, 2003).

A Antropologia que perpassa o texto é baseada na forma do indivíduo, considerado como portador de diferenças pessoais inatas imutáveis quanto a seu temperamento (leia-se personalidade), que devem ser integradas em grupos e em organizações por meio de trabalho grupal sobre estereótipos e preconceitos que levem à elaboração de problemas na interação social (Senac, 2005). Estamos no plano da tradicional Psicologia Social norte-americana, focada nas interações grupais dos indivíduos.

Em relação ao tema da captação de recursos (Ibid.), encontramos outras pérolas dignas de menção. A captação de recursos inclui a busca de dinheiro, materiais, pessoas e conhecimentos, e a mobilização desses elementos visa satisfazer necessidades no marco da conciliação de interesses. Como motivar os “colaboradores” (leia-se: empregados, trabalhadores vendedores de sua força de

trabalho) a desempenhar bem suas funções? Ensinam-nos, então, que o dinheiro não é a única coisa que motiva os colaboradores.

Ninguém motiva ninguém. Cada ser humano motiva-se por razões diferentes. É muito importante para as organizações que tais razões sejam coerentes com sua cultura interna e atitude perante os funcionários, que vão desde a contratação, passando pela manutenção do colaborador na empresa, até seu desligamento (Senac, 2005, p.160).

Os interesses do trabalhador devem estar alinhados com os da empresa para que ele possa manter seu trabalho: deve “vestir a camisa” da organização. A “cultura patrocinadora” está mudando a mentalidade e a prática empresarial, pois o marketing está englobando a dimensão inconsciente e emocional do ser humano, passando a valorizar o “desenvolvimento humano”.

A empresa, num estágio ainda primário de sua evolução, dedica-se apenas ao seu cliente. Nesse estágio, ela será capaz de patrocinar projetos culturais voltados apenas para o segmento de sua clientela. Num segundo estágio, ela percebe que precisa de um marketing capaz de conquistar aqueles que não são, mas poderiam ser, seus consumidores efetivos. Nesse ponto, ela amplia seus investimentos na área cultural, buscando conquistar novos clientes. Num terceiro movimento, mais avançado, ela passa a se preocupar com os clientes em potencial, aqueles que um dia poderão tornar-se consumidores de seus produtos/serviços. Nesse ponto, poderá patrocinar projetos ligados à área da cultura, educação e meio ambiente. Investirá, por exemplo, nas crianças e nos jovens, seus futuros clientes. Uma empresa que esteja num estágio mais avançado descobre que seu marketing deve estar voltado para toda a sociedade, pois percebe que o consumidor não é apenas aquele que compra seus produtos, mas também aquele que os conhece e fala bem deles. Nesse estágio, ela incorpora seu papel no desenvolvimento da sociedade: o da responsabilidade social. Abre

também para a área cultural e social por meio de projetos que agreguem valor à sua marca. Na verdade, ela passa a entender como clientes os seus próprios funcionários, fornecedores, acionistas, a comunidade local e todas as pessoas das regiões e dos países onde atua (Ibid., p.161).

Vê-se como caem todas as máscaras, e o cinismo se revela de forma chocante, ao mesmo tempo que não se distinguem mais as características de uma ONG e as de uma empresa capitalista qualquer.

Observamos que a empresa investe no campo social, não por desinteresse econômico e altruísmo social ou filantrópico, mas por visar ao lucro com a “responsabilidade social” (Nardi, 2006), entendendo que é possível gerar dividendos a partir do financiamento de atividades na área “social”. O plano “social” constituído pela sociedade civil e por suas diversas organizações passa a ser capturado pela lógica mercantilizante do capital. Além disso, assumir a suposta “responsabilidade social” por parte da empresa fica condicionada à consciência pessoal do proprietário e pode ser considerada como uma evolução na sua capacidade de se articular às novidades do mercado. Mas isso é um luxo ao qual o capital privado pode se dar apenas se quiser; ele não pode ser obrigado à autêntica responsabilidade social. Também não se pensa que a sociedade civil possa cobrar isso dele, muito menos que o Estado possa exigí-la.

Faria e Sauerbronn (2008) desenvolvem um estudo sobre a responsabilidade social empresarial e organizacional, investigando-a como uma questão de estratégia para as organizações do mercado. Com uma análise histórica interdisciplinar, demonstram que a abordagem contemporânea, mais conhecida como SER, e a área de estratégia dividem a mesma diretriz problemática: visam legitimar as grandes empresas e o desprezo pela dimensão pública e pelo Estado.

Responsabilidade inclui os aspectos de causação, obrigação e prestação de contas. Pode-se buscar uma culpabilização individual dos cidadãos com relação aos problemas sociais que criam dificuldades para a vida em sociedade: todos são responsáveis e igualmente

culpados pela existência dos pobres e do conjunto de problemas que os acompanham, por causa do egoísmo individual e da busca pelos interesses particulares, em detrimento dos interesses coletivos. Apela-se, com esse argumento, para a consciência moral individual, procurando movê-la na direção do engajamento voluntário no campo amplo da Assistência Social. Com essa manobra se escamoteia a responsabilidade objetiva do Estado e do mercado na produção estrutural do complexo fenômeno da exclusão social – ambos são desculpados e desresponsabilizados de sua implicação direta e histórica na constituição dos problemas sociais (Castel, 1998). Responsabilizar-se ou implicar-se significa perguntar-se a respeito da parte que lhe cabe na produção do fenômeno da exclusão social. É uma grande ingenuidade – e pode ser uma ardilosa cartada ideológica – acreditar que a pobreza e todo seu séquito de mazelas e figuras grotescas sejam produtos do simples egoísmo individual, enquanto sua causação estrutural pode ser demonstrada na análise da dimensão histórico-política do sistema social capitalista.

Portanto, quanto ao tema da responsabilidade, é bom distinguir entre responsabilidade objetiva e subjetiva, pois há diferença de graus nesse conceito. A primeira é aquela atribuída a uma organização ou ocupante de um cargo, definida pela própria estrutura institucional da organização, de modo a assegurar o cumprimento de suas finalidades. Entendemos, por exemplo, que a constituição federal estabelece claramente a responsabilidade primeira e objetiva do Estado com relação aos seus cidadãos. Também pensamos que o mercado tem responsabilidades objetivas com relação à população e ao meio ambiente, às quais a alienação e a mistificação ideológica lhe permite se furtar. Já a responsabilidade subjetiva diz respeito à consciência pessoal e fica condicionada à sensibilidade e vontade do indivíduo perante si mesmo. Também consideramos que a responsabilidade pessoal do cidadão da classe trabalhadora é bastante diferente da do Estado e do mercado. Quem tem maior participação nas causas do problema social, por ação ou por omissão e conivência, tem certamente maior responsabilidade e obrigação em solucionar tais questões. A responsabilidade está sempre

correlacionada com a liberdade, que se implica também na prestação de contas.

A diferença de classe social e o antagonismo entre os interesses dos donos do capital e dos membros da sociedade civil, que são os trabalhadores sem capital, são ressignificados como sendo apenas um “choque de linguagens”, pois os “artistas, produtores e gestores de organizações sociais não devem enxergar de forma preconceituosa os empresários como capitalistas frios” (Senac, 2005, p.161-162). Ambas as partes têm com o que negociar: artista/produtor/organização dispõe de conceitos para agregar à imagem institucional da empresa, e esta pode oferecer recursos diretos para aqueles. “Quando a linguagem cultural e social conseguir afirmar-se dentro do universo empresarial e vice-versa, centenas e até milhares de projetos serão viabilizados, com benefícios para todas as partes envolvidas” (Ibid., p.162). Portanto, é preciso eliminar preconceitos e adotar a nomenclatura discursiva do empresariado para ter sucesso junto dele, estabelecendo relações de troca e parceria inteligente, fatores que são considerados capazes de efetivar um bom negócio e investimento cultural.

Nesse sentido, o passo seguinte é ensinar aos gestores de organizações sociais a arte da negociação e os macetes de sua estratégia: negociar é argumentar, convencer e persuadir. Outros temas tratados são: a Economia Solidária, o empreendedorismo social e o modelo de plano de negócio simplificado (Ibid.).

Nas organizações da sociedade civil ou do terceiro setor, encontramos diversas apostilas semelhantes ao programa Formatos Brasil, todas focadas nas questões da elaboração, monitoramento e avaliação gerencial de projetos sociais. Normalmente esses textos produzidos por consultores abordam temas como a administração financeira, a capacitação de recursos humanos (funcionários e voluntários), o planejamento estratégico e a mobilização de recursos locais, a captação de recursos, o marketing da instituição assistencial e a importância da sustentabilidade financeira.

No contexto do neoliberalismo, a Assistência Social tem sido pensada a partir de uma perspectiva empresarial, numa estratégia

de redução dos custos em relação aos benefícios. As equipes dirigentes de entidades sociais são transformadas em gestores do terceiro setor e em empresários do social, pelo discurso gerencial que invade o campo da Assistência Social. O futuro de suas organizações fica, assim, na dependência de suas escolhas e qualificação, aprendendo que devem adquirir diferentes competências flexíveis, visando à produtividade, à competitividade e à efetividade institucional. Programas de capacitação alinhados aos discursos hegemônicos da lógica neoliberal propõem que a qualificação profissional desses atores sociais deva promover valores, tais como a excelência, a inovação, a melhoria e modernização, a inclusão tecnológica e informática, o treinamento de habilidades e o desempenho no trabalho social. Cria-se a necessidade de investir no desenvolvimento e maximização do “capital humano” individual, e fomenta-se o consumo de cursos de capacitação, de treinamento e da literatura relativa à gestão empresarial na Assistência Social.

Sublinhamos a distinção entre as responsabilidades objetiva e subjetiva como um princípio para as implicações diferenciais de capitalistas e trabalhadores. Aponta-se, mais uma vez, o cinismo do discurso, ao considerar que os interesses são os mesmos entre ONGs e empresas privadas, mas não devemos nos escandalizar, pois já vimos que a rede de que participam as ONGs assistencialistas não passa de uma rede de captura dos diferentes “desassistidos” para serem objetos de sua ação caridosa. Também é interessante notar que se revela claramente aqui o que já vem se preparando desde o início da análise: no neoliberalismo, a Assistência Social tem assumido características empresariais, e as ONGs-empresas são seu dispositivo essencial. Não por acaso, podemos colher em estado praticamente “natural” um lapso de seu enunciado ideológico, que admite que seu ouro é “capital humano” que deve ser “maximizado” por meio de capacitação e treinamento.

Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)

O IDIS foi fundado em 1999 em São Paulo, com o apoio da Fundação W. K. Kellogg. É uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com o objetivo de contribuir para reduzir as desigualdades sociais no Brasil, engajando empresas, famílias, indivíduos e comunidades em ações sociais estratégicas e transformadoras da realidade. Sua missão seria promover e estruturar o investimento social privado como instrumento de desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável. Investimento social é definido como a alocação voluntária e estratégica de recursos privados, sejam eles financeiros, em espécie, sejam humanos, técnicos ou gerenciais, para o benefício público. A organização é constituída por uma equipe técnica que desenvolve as seguintes atividades: a) prestação de consultoria e capacitação para empresas, famílias e indivíduos que desejam realizar ações sociais ou estruturar as já existentes; b) elaboração e implementação de metodologias de trabalho comunitário; c) realização e divulgação de pesquisas e práticas de investimento social. Sua atuação compreende três campos: Investimento Social Corporativo, cuja finalidade é auxiliar empresas a identificar e colocar em prática estratégias para investir recursos privados na área social, de forma alinhada com seus valores e negócios; Investimento Social Familiar, auxiliando famílias e indivíduos a transformar sua filantropia em ações estratégicas de investimento social privado; e Investimento Social Comunitário, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social de comunidades por meio de metodologias próprias e inovadoras, visando ao melhor aproveitamento dos recursos locais destinados ao benefício público.

Com a promoção de práticas de investimento privado por parte de empresas, famílias e comunidades, o IDIS sistematizou seus conceitos teórico-técnicos e publicou uma coleção de cinco volumes, intitulada *Investimento social*.

O volume de Kisil (2004) apresenta um resgate histórico dos conceitos de Filantropia e Investimento Social e aborda as diversas práticas adotadas na área no Brasil. Neumann (2004a) tematiza a abordagem e a ação direta na comunidade, destacando a importância do protagonismo comunitário, propondo que a própria comunidade lidere seu desenvolvimento, explicitando conceitos básicos, abordagens e princípios sobre desenvolvimento comunitário, denominado de “Desenvolvimento comunitário baseado em talentos locais”, bem como os diferentes papéis da comunidade e das instituições sociais na promoção do desenvolvimento. Descreve também algumas experiências bem-sucedidas de desenvolvimento da capacidade comunitária, propondo três estudos de caso ilustrativos. Observamos que esse tipo de intervenção, segundo Gohn,

tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais (2004, p.23).

Neumann (2004b) aborda a importância do trabalho de organização das comunidades para o desenvolvimento social e econômico local, apresentando princípios e instrumentos para a realização do diagnóstico baseado em talentos e recursos próprios. Propõe ainda uma forma de investimento no potencial e na capacidade da comunidade de promover transformações efetivas e sustentáveis na qualidade de vida local, visando canalizar recursos, de modo a promover o protagonismo comunitário e a postura proativa dos seus

componentes. Finalmente, apresenta um roteiro de avaliação das iniciativas, buscando sua eficácia, eficiência e efetividade.

Schlithler (2004) indica as redes de desenvolvimento comunitário como iniciativas para a transformação social, focalizando o tema das redes e mostrando sua importância para o terceiro setor. Fornece princípios e técnicas para a implementação e montagem de uma rede, orientando sobre planejamento, gestão, sustentabilidade, comunicação e avaliação das ações em rede. As redes devem envolver a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada de modo integrado, visando construir projetos coletivos orientados para a transformação social.

Duprat (2004) procura explicitar os diversos estágios necessários para estruturar um programa empresarial de investimento social na comunidade, trazendo um roteiro com orientações sobre modalidades de atuação empresarial no campo social, visando ao benefício da coletividade.

A publicação dessa coleção contou com o apoio da Fundação Interamericana, um órgão independente dos Estados Unidos que oferece doações a organizações não governamentais e de base comunitária da América Latina e do Caribe para desenvolver programas que sejam inovadores, sustentáveis e participativos. Essa fundação financia primordialmente parcerias entre organizações de base sem fins lucrativos, empresas e governos locais, destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas de baixa renda e a fortalecer a participação, a responsabilidade e as práticas democráticas.

Como diz o ditado: “pela árvore se pode conhecer os frutos”. Entendemos que o IDIS e suas publicações são muito interessantes como propostas de desenvolvimento social comunitário. Mas nos inquieta a aparente ausência de orientação política dos projetos e a omissão das coordenadas sócio-históricas concretas nas quais vive a população brasileira. A bibliografia utilizada na produção da coleção que resenhamos é majoritariamente norte-americana, manifestando a formação dos diversos autores que são provenientes das áreas de Administração, Publicidade e Marketing.

O marketing empresarial e as redes sociais como operadores da gestão dos “problemas sociais”

Podemos incluir as obras que resenhamos (Silva, 2000; Ashoka; McKinsey, 2001; Kisil, 2004; Neumann, 2004a, 2004b; Schlithler, 2004; Duprat, 2004; Senac, 2005) no conjunto mais amplo de uma literatura que propõe utilizar instrumentos que aumentem a eficácia da gestão de organizações assistenciais sob a lógica do mercado. Não estamos afirmando que informações técnicas sobre gestão não sejam necessárias ou importantes para as práticas administrativas de organizações da sociedade civil. O que é chamativo nessa literatura é a naturalização dos discursos que indicam o termo “terceiro setor” e responsabilizam a sociedade civil com relação a iniciativas que solucionem os problemas sociais. E isso é proposto num plano economicista, no qual se ausenta completamente um enfoque político crítico das causas estruturais e conjunturais múltiplas produtoras dos problemas sociais. Pensamos que alguns de seus efeitos mais imediatos seriam o esvaziamento da luta social, a ocultação das contradições estruturais da vida social e a promoção da alienação social, possibilitando a manutenção e a sofisticação da exploração. O discurso que predomina nessas publicações escamoteia a dimensão histórico-política da realidade social e cultural (Ianni, 2003; Sousa Santos, 2001, 2002a, 2002b, 2004, 2006), suprimindo a conscientização crítica dos atores sociais e estimulando os eventuais compromissos ético-políticos com os excluídos por meio do apelo à solidariedade e à responsabilidade social individuais (Castel, 1998; Conselho Federal de Serviço Social, 2007; Nardi, 2006). Esse processo se alinha bem com o objetivo que estamos constatando nas políticas públicas da área da Assistência Social: visam gerenciar o problema social nas suas múltiplas formas, mas não se propõe sua resolução. Assim, o marketing gerencial aplicado ao terceiro setor pode ser entendido como parte de uma ampla estratégia retórica oficial mistificadora. Trata-se de uma

nova forma de enfrentamento da questão social pelo capital e Estado [...] expressa na assunção das responsabilidades pela sociedade civil ou na coresponsabilidade (não apenas do setor mercantil, mas também do não-mercantil), de modo a diminuir a demanda social do Estado. É uma forma de transmutar problemas sociais em assunto privado, de responsabilidade da família, comunidade, organizações não-governamentais, redirecionando a participação popular sugerida pela Constituição ao processo de implementação das políticas, inclusive com trabalho voluntário, recursos e infraestrutura da sociedade civil, ou seja, em cooperativismo, em solidariedade entre sujeitos antagônicos (Teixeira, 2007, p.155).

Podemos considerar que essas formas pretensamente inovadoras de trato da questão social são parte integrante das estratégias de redução do Estado como gestor e administrador da proteção social aos trabalhadores, do desmonte dos direitos sociais conquistados. Redução que se opera sob a retórica de ampliação da participação da sociedade civil, da solidariedade indiferenciada, do cooperativismo de todos perante as crises e a agudização da questão social. São táticas de recomposição da hegemonia das classes dominantes nas novas relações de produção e reprodução social.

É provável que os discursos que enunciam acerca de já estarmos todos enredados e interligados pelos múltiplos tentáculos das redes sociais, numa estratégia tipicamente conservadora, estejam justamente tentando conter a multiplicidade da diferença e da diversidade que é sempre construída histórica, social e politicamente. O reconhecimento político e oficial das conexões em rede pode estar, de modo ambíguo e hipócrita, insinuando que já não há exclusão ou diferença, aceitando e estabelecendo um paradigma estratégico como o das redes sociais, esvaziando seu significado transformador e disruptivo, e neutralizando seu potencial revolucionário, contribuindo para a normalização e homogeneização social. Quando o Estado recupera a rede social como tática discursiva e política pública, ele parece estar assepsiando as contradições sociais com a

intenção de ocultar todo e qualquer vestígio de alteridade, diferença e exclusão. Os diferentes excluídos, na sua alteridade radical, são o signo permanente da fratura que percorre de alto a baixo todo o sistema capitalista; são a denúncia concreta e a crítica permanente de um dos seus efeitos estruturais mais corrosivos.

Quanto mais o Estado se furta à sua função mediadora dos interesses e valores sociais contraditórios, mais ele se vê chamado a intervir na função de supridor das necessidades básicas de um grupo importante da população. É nesse contexto que ouvimos o sedutor canto das sereias repetindo os refrãos da rede social, da inclusão social e da responsabilidade social, música entoada por diversas ONGs e que parece encobrir a retirada estratégica operada pelo poder público da sua responsabilidade objetiva; ao mesmo tempo que permanece intacta a ideologia que vela sua conivência e sua participação direta na produção estrutural do problema social. Isso não chega a ser surpreendente para uma análise que reconhece no Estado o representante dos interesses e valores sociais dominantes, por mais que o discurso ideológico insista em apresentá-lo como mediador isento ou protetor dos desfavorecidos. Já vai longe o tempo das políticas do “bem-estar social” do pós-Segunda Guerra, que caracterizaram uma exceção quanto a essa posição estrutural do Estado.

A pobreza e os problemas sociais têm importantes determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais, para quem e além dos aspectos da individualidade humana. A saúde, a educação, o trabalho e a autêntica cidadania são desenvoltamente apregoados como direitos de todos e dever do Estado e fazem parte de sua responsabilidade objetiva, prevista na Constituição Federal. A concepção de cidadania é complexa, há múltiplos aspectos implicados nesse conceito, porém ela nunca poderá deixar de ser considerada uma resultante do estado do jogo de forças sociais que se enfrentam no PEH, na gestão dos interesses globais. As conquistas recentes das lutas populares têm conseguido articular os dispositivos dos conselhos municipais (Gohn, 2004; Pastor, 2007; Teixeira, 2007) como instâncias deliberativas que proporcionam a participação popular no

planejamento, gestão e controle das políticas públicas relativas ao funcionamento da rede pública de Assistência Social, de saúde, de educação, entre outras áreas, nos seus diversos níveis federal, estadual e municipal. Mas para esses instrumentos institucionais poderem funcionar de modo efetivo, é necessário estudo, análise crítica da realidade, muito diálogo, engajamento social por parte dos diretamente interessados e capacidade de canalizar aspirações políticas para inventar novas realidades sociais, com novas práticas e novas relações.

Discernimento entre as redes de captura social e redes revolucionárias

As análises que empreendemos neste estudo sobre as redes sociais não pretendem ser únicas nem exaustivas; elas foram elaboradas dentro de um marco exploratório e eminentemente problematizador. Nossas avaliações não foram muito lisonjeiras, pelo contrário, procuramos construir uma análise que evidencia claramente o que não queremos, com o que não concordamos e quais as causas dessa discordância. Não temos uma proposta específica para apresentar, indicando a solução para os problemas discutidos, pois entendemos que não é papel do intelectual dizer, do alto do seu saber/poder, o que os outros têm que fazer para resolver suas dificuldades. Sua tarefa é problematizar as evidências cristalizadas do cotidiano e, de modo coletivo, democrático e dialógico, apontado para práticas autoanalíticas e autogestivas, buscar construir alternativas para a existência coletiva.

Analisando essa documentação, destacamos a predominância de uma perspectiva naturalizante da pobreza e dos problemas sociais, a ausência da problematização política de sua produção pelo sistema capitalista vigente e a oferta de iniciativas focais, fragmentadas, com metas bastante aquém do contingente populacional demandante, cuja precariedade formativa/educativa mantém os pobres em condição permanente de subalternidade.

As propostas de organização em rede social são hegemônicas nos projetos de inclusão social na atualidade, mas sua análise revela que se trata apenas da implementação de medidas compensatórias, pois os parâmetros dominantes pretendem promover apenas uma inclusão consentida. Nossa hipótese é que se trata de uma forma simbólica de controle social dos pobres por meio da crença na possibilidade de inclusão ao ingressar nas redes sociais, portadora de uma intencionalidade pouco ética e baseada numa grande ingenuidade epistemológica.

É verdade que há algum tipo de êxito e benefícios para aqueles que se conectam nas redes sociais, em seus esforços de formação e inclusão social. O sistema capitalista deve apresentar alguma permeabilidade que venha garantir sua hegemonia. Mas os eventos pontuais de caráter inclusivo não parecem promover transformações substantivas nas condições concretas de existência do conjunto da classe trabalhadora que, sendo submetida a processos de precarização cada vez mais intensos, é tomada como objeto de ações focais, de propostas assistencialistas ou filantrópicas.

Quando se trata do tema das redes sociais, aparentemente estamos diante de discursos altamente progressistas, mas quando os estudamos com mais atenção, essa impressão inicial se revela bastante ingênua. Sua análise crítica demonstra que se trata de discursos autoritários que propõem/impõem uma inclusão sem condições para todos indistintamente: isso bem poderia ser chamado de “inclusão excludente” ou “integração social perversa” que se realiza por meio de uma pressão etnocêntrica que forçosamente tende a igualar a todos. Tais discursos são construídos como verdades incontestáveis, como se, fora desses registros, não fosse possível pensar em sua existência. A problematização política que estamos elaborando pretende questionar quem tem o direito de dizer/impor/determinar os caminhos a serem seguidos por todos e por cada um. Acreditamos que o processo reflexivo é extremamente necessário para que talvez possamos produzir outras teorias, ações e proposições, sem nos esgotar na denúncia ou no ativismo ingênuo e bem-intencionado.

Há uma tendência mundial de valorização de políticas que diminuam a intervenção do Estado, redimensionando as políticas públicas para processos de descentralização e participação. Essa tendência traz em seu bojo a precarização de investimentos e dos serviços que estão associados ao barateamento dos serviços que visam cobrir as demandas emergentes do problema social (Fonseca, 2007), de modo especial nas áreas da Assistência Social, da Saúde e da Educação. O movimento de recuperação e integração se autodenomina com os múltiplos significantes da inclusão social (educação para todos: escola para todos; saúde para todos: SUS; assistência para todos: SUAS) e das redes sociais. Todos são localizados de modo permanente em discursos e práticas de inclusão/exclusão, como se ninguém tivesse direito a resistir/desistir de pertencer à aldeia global, que é erigida como o padrão ao qual é preciso estar alinhado, conectado, mesmo que seja em suas margens ou periferia.

A rede social impede que alguém possa estar fora do mundo globalizado, ainda que de modo incompleto, ineficiente ou injusto. Cria-se uma hipotética posição entre inclusão/exclusão e se estabelece que a integração inclusiva seja a única alternativa politicamente correta. Há uma lógica perversa que sobrecodifica as relações de exploração, dominação e exclusão no binômio exclusão/inclusão, e a inclusão tem sido imposta como condição existencial para todas as ordens da vida. De um lado, consideramos que a inclusão constitui hoje a nova estratégia de controle dos excluídos, dos problemas sociais em geral e dos pobres em particular; seria outra forma de disciplinar a alteridade dos outros, que são, afinal, sempre os mesmos. Por outro lado, a inclusão não deixa de ser a palavra-chave de um discurso que pretende velar a característica reconhecida por todos como cerne da globalização: sua potência excludente e de segregação.

A luta dos diversos movimentos sociais pelo direito à cidadania e à qualidade de vida ampla e irrestrita é recuperada, assepsiada e esvaziada pelo Estado quando empunha a bandeira da inclusão por meio das redes sociais. A rede é constituída por programas, projetos e serviços múltiplos que tendem a fragmentar e desautorizar

os movimentos sociais, fazendo-os adotar uma postura reivindicativa e combativa. A nova política de Assistência Social visa cobrir todas as necessidades da população depauperada e tende a atribuir a responsabilidade social pela exclusão/inclusão aos indivíduos singulares, que devem escolher em qual lado querem viver, sem que possam se reunir para debater e construir projetos comunitários diversos.

Se, por um lado, o discurso sobre as redes sociais aponta para promissoras possibilidades de concretização da cidadania democrática e popular, por outro, é incontestável que ele emerge nas políticas públicas que estão situadas no contexto de mudanças de conjunturas nacionais e internacionais que explicitam a busca de redução de custos e de investimentos estatais com relação ao gerenciamento do “problema social”. Isso não chega a ser surpreendente se considerarmos a compreensão, antes explicitada, da posição do Estado na sua relação com os interesses sociais amplos. Ao mesmo tempo fica patente que essas possibilidades de concretização da cidadania só podem ser promovidas a partir da participação protagonista dos sujeitos que, até aqui, são postos apenas como alvos dessas redes e nunca como seus participantes diretos.

Entendemos que só é possível avançar na solução de problemas com a participação política dos interessados, e as oportunidades oferecidas pelas iniciativas concretas no âmbito das políticas sociais públicas devem ser aproveitadas a qualquer custo para construir uma democracia popular.

A instituição Assistência Social é incumbida de costurar o esgarçado tecido social, e a estratégia discursiva e prática que instrumentaliza a noção de “rede social” é a novidade atual no cenário das políticas públicas sociais. Todos são chamados à responsabilidade social: o Estado e suas agências sociais nos níveis federal, estadual e municipal, o mercado e suas empresas, a sociedade civil organizada e seus diversos segmentos. Mas nossa análise crítica desse processo tem permitido perceber que nessa “rede social” falta um elo fundamental: aqueles que são de fato seus sujeitos principais. A rede social quer articular pessoas, grupos, entidades,

programas, serviços e projetos, visando atender o “problema social” e suas múltiplas refrações na vida social. Constatamos que há um esvaziamento das dimensões sociais, políticas e econômicas que incidem na produção do “problema social” quando o campo da Assistência Social é invadido e colonizado pelo discurso burocrático e técnico do marketing gerencial que predomina no setor do mercado. Entendemos que é fundamental consolidar a Assistência Social como política pública de direito universal de responsabilidade do Estado, e não como benemerência sua ou do empresariado. Também já assinalamos que esse pode ser um campo propício para o exercício de estratégias micropolíticas de avanço dos interesses socialmente subordinados e de desafio ao instituído.

“Rede” implica a noção de interdependência dialética entre seus elementos integrantes, supondo a interação interdependente entre as pessoas, grupos, entidades, organismos nacionais e internacionais em diversos planos: políticos, educativos, comerciais, científicos, tecnológicos. O processo de globalização mundial parte da centralidade da dimensão econômica da vida social e perverte as ricas e efetivas possibilidades da rede como estratégia de integração social, pois promove a codependência do centro capitalista, e não a interdependência. Ao invés de interdependência, o discurso hegemônico sobre a rede no mundo globalizado neoliberal parece apontar para a não diferenciação, para a subordinação e para o sincretismo social.

A grande rede, da qual a rede social é um desdobramento, na realidade um de seus efeitos deletérios, é constituída pelo capitalismo como sistema social e modo de produção da vida social, de relações sociais, de sujeitos, de bens de consumo, de valores, de ideias, de práticas discursivas e sociais. Para o capital em sua atual configuração não há fronteiras nem limites territoriais – ele ignora as soberanias nacionais, a autonomia e até a dignidade de povos e suas culturas. A circulação do capital pelo globo cria a grande rede produtiva, sobrecodificadora, dominadora, exploradora e excludente que conecta e captura os homens em suas malhas, desde as mais sutis até as mais ostensivamente concretas. Superar a exclusão

social por meio da construção coletiva de efetivas redes sociais revolucionárias é um dos grandes ideais de nossa época; ampliá-lo e exercitá-lo é, talvez, a tarefa mais desafiante, mas é também a mais preciosa e mais urgente para ser executada.